

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**  
**III LEGISLATURA**  
**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2006/2007)**

**1. INTRODUÇÃO**

A 2.ª Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, iniciou-se em 16 de Outubro de 2006 e terminou em 15 de Agosto de 2007, período normal de funcionamento do órgão legislativo.

A III Legislatura da Assembleia Legislativa, iniciada em 17 de Outubro de 2005 e válida por um período de quatro anos, é composta por 29 deputados (27 na Segunda Legislatura), distribuídos da seguinte forma:

Deputados eleitos por sufrágio directo: 12 (10 na II Legislatura)

Deputados eleitos por sufrágio indirecto: 10 (10 na II Legislatura)

Deputados nomeados pelo Chefe do Executivo: 7 (7 na II Legislatura)

A composição dos Órgãos e Comissões Permanentes e de Regimento e Mandatos da Assembleia Legislativa, referentes à sessão legislativa de 2006/2007, consta em Anexo I ao presente Relatório de Actividades.

No referido Anexo I, é desenvolvida também a composição das duas Comissões Eventuais da Assembleia Legislativa, constituídas por Deliberações do Plenário da AL, de 5 de Janeiro de 2007, designadamente as seguintes: "Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos" e "Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas".

A actividade da sessão legislativa de 2006/2007, pautou-se pela diversidade da produção legislativa analisada, debatida e votada, na generalidade e na especialidade, e por uma ampla intervenção da Assembleia Legislativa no exercício de outras competências próprias, nomeadamente nas intervenções de antes da ordem do dia dos Plenários, nas interpelações por escrito ou orais sobre assuntos relativos à acção governativa e nas iniciativas dos Deputados de apresentação de projectos de lei, de resolução ou de simples deliberação do Plenário.

As Linhas de Acção Governativa para 2007 (LAG 2007) apresentadas em síntese por Declaração proferida na Assembleia Legislativa pelo Senhor Chefe do Executivo e objecto de uma sessão de perguntas e respostas, foram posteriormente desenvolvidas pelos Senhores Secretários das respectivas áreas governativas e debatidas aprofundadamente durante um total de sete sessões plenárias. De sublinhar também a presença do Senhor Chefe do Executivo em duas sessões plenárias especialmente dedicadas a perguntas e respostas dos Deputados sobre as políticas e acções governativas em execução e assuntos sociais. Acresce a intervenção da AL na apreciação e votação da proposta de *"Lei do Orçamento para 2007"* e na deliberação tomada em forma de Resolução relativa ao *"Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2005"*, apresentado pelo Governo da RAEM, bem assim como a tomada de diversas simples deliberações.

O desenvolvimento das actividades das Comissões Permanentes traduziu-se em diversos trabalhos ou pareceres sobre o processo legislativo na fase de apreciação na especialidade, sendo de salientar, quando solicitado para o efeito, a presença de representantes do Executivo nas respectivas reuniões para efeitos de esclarecimento ou aperfeiçoamento dos textos legislativos. De realçar, ainda, as actividades desenvolvidas no seio da Comissão de Regimento e de Mandatos e das duas Comissões Eventuais, estas últimas constituídas com as finalidades específicas de aprofundar o conhecimento legislativo nos domínios dos *"regimes de concessões públicas e de terrenos"* e do *"regime de finanças públicas"*. No

decorrer dos trabalhos das Comissões e à semelhança de anos anteriores, a Assembleia Legislativa prosseguiu a divulgação pública, na respectiva página electrónica, das propostas de lei apresentadas pelo Governo, a fim de recolher as eventuais sugestões dos residentes da RAEM sobre os diploma legislativos em fase de apreciação na especialidade.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no âmbito das suas competências, prosseguiu uma gestão criteriosa dos activos e dos recursos humanos no sentido de assegurar as melhores condições possíveis de funcionamento dos trabalhos legislativos, gestão essa enquadrada numa política de relativa estabilização do número de efectivos e de crescimento moderado da despesa total. As acções de qualificação e formação dos recursos humanos continuaram a merecer uma atenção especial no decurso da presente sessão legislativa no sentido de valorizar qualitativamente a prestação das diferentes áreas funcionais dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa.

Foi prosseguida uma política de abertura e divulgação ao exterior das responsabilidades, projectos e trabalhos da Assembleia Legislativa através de diversos contactos externos com entidades ou individualidades, nomeadamente da República Popular da China e de países membros da União Europeia, ou com individualidades do corpo diplomático sediado em Macau e Hong Kong ou em Pequim, contactos esses desenvolvidos pela Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente ou por representantes da Mesa da Assembleia Legislativa.

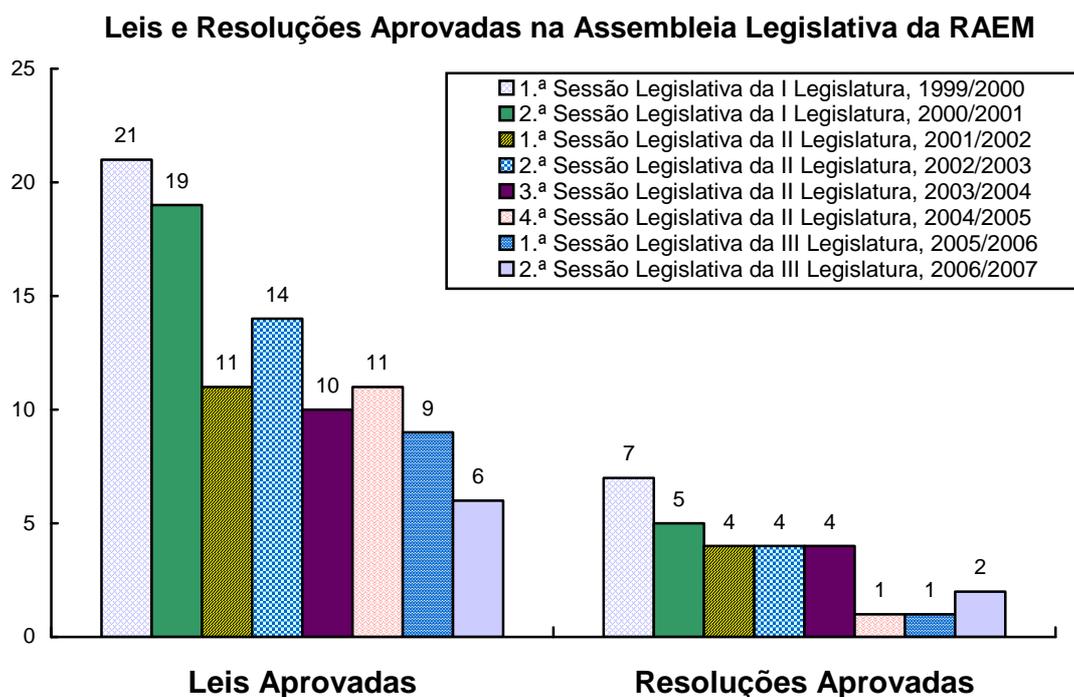
À semelhança de anos anteriores, o edifício da Assembleia Legislativa esteve aberto ao público, no dia 21 de Julho de 2007, numa acção de sensibilização para um melhor conhecimento das funções, estrutura e modo de funcionamento do órgão legislativo da RAEM. De igual modo, foram prosseguidas as acções de publicação dos trabalhos legislativos e de assuntos de Direito, designadamente as relativas aos Diários das sessões legislativas, Colectâneas de Leis e Trabalhos das Comissões, bem assim como se deu continuidade à ampla

divulgação da actividade legislativa junto da comunicação social e à prestação do serviço de atendimento ao público (escalonado) por parte dos Deputados.

## 2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA E OUTROS ACTOS DELIBERATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Na 2ª Sessão Legislativa da III Legislatura foram aprovadas em Plenário 6 Leis (menos 3 Leis do que na sessão legislativa anterior) e 2 Resoluções (mais 1 do que na sessão legislativa anterior). Todas as leis aprovadas na presente sessão legislativa corresponderam a iniciativas legislativas do Governo da RAEM (propostas de lei). O único projecto de lei apresentado (de iniciativa de um dos Deputados) foi rejeitado na votação na generalidade. De igual modo, um dos projectos de resolução, de autoria de dois dos Deputados da AL, foi objecto de apresentação e não aprovação em Plenário. A acrescer a esta produção legislativa, importa registar a apresentação de 7 simples Deliberações do Plenário da AL, das quais 6 foram objecto de aprovação.

Gráfico 1



A discriminação das Leis, Resoluções e simples Deliberações aprovadas, com a indicação da data de aprovação em Plenário e do respectivo número e data de publicação em Boletim Oficial, encontra-se desenvolvida nos Quadros I, II e III em Anexo II.

Em complemento de informação dos referidos quadros, encontram-se referenciados os projectos de lei, de resolução e de simples deliberação não aprovados e, também, as propostas de lei aprovadas na generalidade mas que transitaram para a sessão legislativa seguinte na fase de apreciação na especialidade.

Na sessão legislativa de 2006/2007, para além das referidas Leis e Resoluções aprovadas, foram elaboradas e aprovadas 6 simples Deliberações em Plenário, respeitantes às seguintes matérias:

- *Orçamento Privativo da AL relativo ao ano económico de 2007;*
- *Definição do horário de funcionamento das sessões plenárias para o debate das Linhas de Acção Governativa para 2007 ;*
- *Constituição da "Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos;*
- *Constituição da "Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas";*
- *Relatório e Conta de Gerência da AL relativo ao ano económico de 2006;*
- *1.º Orçamento Suplementar da AL relativo ao ano económico de 2007.*

Pela natureza da competência atribuída pela Lei Básica à AL, merece relevância a Resolução aprovada em Plenário referente à Apreciação do “Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2005” (Resolução n.º 1/2007). Segundo as competências consagradas no Artigo 71.º da Lei Básica, compete à AL apreciar o relatório apresentado pelo Governo sobre a execução do orçamento da RAEM. O referido relatório, que inclui informação detalhada sobre as contas públicas da RAEM, foi apresentado conjuntamente com o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2005, da responsabilidade do Comissariado de Auditoria.

Os trabalhos legislativos referentes à sessão de 2006/2007 envolveram a realização de 34 Plenários e de 85 Reuniões das Comissões (Quadro IV em Anexo II), de que resultaram a apresentação, debate e votação favorável de 6 Leis, 2 Resoluções e 6 simples Deliberações do Plenário. Relativamente à sessão legislativa anterior, apurou-se um número sensivelmente equivalente de plenários (- 2 plenários).

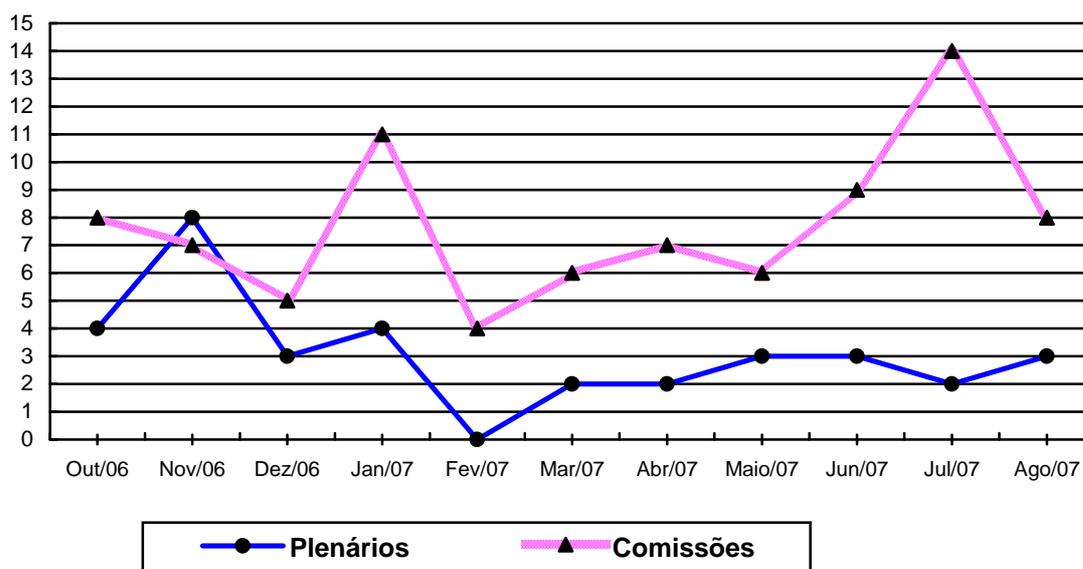
Para além dos Plenários respeitantes à apresentação, discussão e votação de propostas/projectos de leis, de resoluções ou de simples deliberações, importa registar a particularidade de, na presente sessão legislativa, 9 Plenários terem estado relacionados com a apresentação ou a execução das Linhas de Acção Governativa para 2007 (4 dos quais envolvendo a presença do Senhor Chefe do Executivo) e 4 Plenários respeitaram a Interpelações orais ao Governo.

Por seu turno, a frequência de Reuniões das Comissões - num total de 85 - subiu significativamente em relação à sessão legislativa anterior (65 reuniões). O maior número de reuniões (+20) ficou a dever-se à constituição, por deliberação do Plenário de 5 de Janeiro de 2007, de duas novas comissões eventuais, cujo funcionamento determinou a realização de 22 reuniões até 15 de Agosto de 2007.

À semelhança de anos anteriores, o gráfico de registo mensal das sessões plenárias regista uma maior frequência de reuniões no período de apresentação e discussão das Linhas de Acção Governativa para o ano seguinte (Novembro de 2006). Por seu turno, as reuniões das Comissões registaram dois “picos” de frequência, no meses de Janeiro e de Julho de 2007, devido em particular, no primeiro caso, à actividade da Comissão de Regimento e Mandatos e ao início de actividades das duas Comissões Eventuais, e, no segundo caso, à intensificação dos trabalhos de análise na especialidade do “Regime Geral das Relações de Trabalho” (cf. Gráfico 2).

Gráfico 2

**Reuniões Efectuadas na 2ª Sessão Legislativa da III Legislatura, 2006/2007**



Na sessão legislativa de 2006/2007 foram apresentadas pelo Executivo oito propostas de lei, das quais seis foram aprovadas na generalidade e concluídos os respectivos trabalhos legislativos e votação na especialidade. A proposta de lei, designada de “Regime Geral das Relações de Trabalho”, aprovada na generalidade na sessão plenária de 5 de Junho de 2007, viu os seus trabalhos legislativos de análise na especialidade transitarem para a próxima sessão legislativa. De igual modo, a proposta de lei, intitulada de

*"Enquadramento das leis e dos regulamentos administrativos"* transitou na fase de apreciação na especialidade para a próxima sessão legislativa, após ter sido apresentada em reunião plenária de 3 de Agosto de 2007 e de ter sido aprovada na generalidade na sessão plenária de 10 de Agosto de 2007.

Das propostas de lei apreciadas merece apontamento especial a referente à *"Lei do Orçamento de 2007"* (Lei n.º 10/2006), pelas competências específicas atribuídas pela Lei Básica à Assembleia Legislativa, nas matérias de examinar e aprovar o Orçamento Geral da RAEM antes de o mesmo ser posto em execução. A proposta de Orçamento foi antecedida da realização de dois plenários da AL, durante os quais o Senhor Chefe do Executivo teve a oportunidade de proferir uma Declaração sobre o relatório das *"Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2007"* e de participar numa sessão de perguntas e respostas sobre o mesmo relatório.

A apresentação e o debate em profundidade sobre o relatório das *"Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2007"*, que decorreu em sete sessões plenárias, revestiu-se de especial significado político e motivou uma intervenção muito participada dos Deputados, tendo em atenção a relevância das políticas públicas sectoriais e das prioridades de acção governativa traçadas no referido relatório e reflectidas no Orçamento da RAEM, instrumento financeiro privilegiado de condução da política governamental.

Importa salientar ainda a presença do Senhor Chefe do Executivo em duas sessões plenárias extraordinárias da AL, realizadas em 3 de Abril e 9 de Agosto de 2007, a fim de responder a perguntas dos Deputados sobre a execução das linhas de acção governativa e assuntos sociais.

Na presente sessão legislativa, a primeira proposta de lei cujos trabalhos legislativos foram concluídos e objecto de votação na especialidade em Plenário foi a designada *"Lei de Bases do Ensino não Superior"* (Lei n.º 9/2006). Esta proposta havia transitado da sessão legislativa anterior por motivos de ter sido

aprovada na generalidade em 2 de Agosto de 2006 e de extensão do seu articulado e relevância do seu objecto – estabelecimento de um quadro jurídico geral de funcionamento do Sistema Educativo do Ensino não Superior da Região Administrativa Especial de Macau.

A primeira lei aprovada no ano de 2007, reportou à "*Actualização dos vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública*" (Lei n.º 1/2007). Esta lei instituiu a actualização para \$ 5 500,00 patacas do valor do índice da tabela indiciária aplicada aos trabalhadores da administração pública, com efeitos práticos desde 1 de Janeiro de 2007, o que corresponde a um aumento de 4,762% em relação ao índice anterior de \$ 5 250,00 patacas, anteriormente em vigência desde 1 de Janeiro de 2005.

Por seu turno, a Lei n.º 2/2007, referente ao "*Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores*", veio consagrar num diploma legislativo um conjunto de medidas tutelas educativas aplicáveis aos jovens que pratiquem facto qualificado na lei como crime ou como contravenção na RAEM e que à data da prática desse facto tenham contemplado 12 anos e ainda não tenham perfeito 16 anos.

A Lei n.º 3/2007, designada de "*Lei do Trânsito Rodoviário*", veio estabelecer os princípios e as regras gerais relativos ao trânsito rodoviário na RAEM, através de um diploma com 153 artigos. Esta lei, publicada no Boletim Oficial de Macau, I Série, n.º 19/2007, de 07/05/2007, estabelece a sua entrada em vigor em 1 de Outubro de 2007 e revoga o anterior Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/93/M, de 28 de Abril.

A proposta de lei designada de "*Lei sobre a actividade de segurança privada*" foi aprovada em Plenário da Assembleia Legislativa de 28/06/2007, como a Lei n.º 4/2007. O diploma aprovado veio, de acordo com a sua *nota justificativa*: "definir os princípios da intervenção da segurança privada, suas modalidades, requisitos, limites e enquadramento no ordenamento jurídico da

RAEM, abrindo o caminho para uma maior flexibilidade da regulamentação do seu condicionamento administrativo”.

Por último, importa referir a iniciativa legislativa do Deputado José Pereira Coutinho de apresentar o projecto de lei “*Lei Reguladora do Direito Fundamental de Associação Sindical*”, o qual foi objecto de apresentação, discussão e de não aprovação na generalidade na sessão plenária de 5 de Julho de 2007.

No domínio das competências próprias da Assembleia Legislativa importa mencionar a aprovação de dois projectos de Resolução, designadamente os seguintes:

- “*Apreciação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2005*” (Resolução n.º 1/2007) e
- “*Alteração ao artigo 9.º da Resolução n.º 2/2004, de 9 de Agosto, que regulamenta o processo de Interpelação sobre a Acção Governativa*” (Resolução n.º 2/2007).

O projecto de resolução, apresentado pelos Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam Sam, intitulado “*Exortação ao Chefe do Executivo para a definição de um regime que permita à Assembleia Legislativa apreciar os orçamentos do Governo em relação a cada uma das grandes obras públicas*” foi apresentado, debatido e não aprovado na sessão plenária de 5 de Janeiro de 2007.

Na presente sessão legislativa, foram efectuadas 316 *interpelações por escrito* por iniciativa de 16 Deputados e 24 *interpelações orais* por iniciativa de 8 Deputados sobre as acções do Governo, conforme discriminação individual que se encontra efectuada no Quadro V, em Anexo II (*informação referente ao período de 16 de Outubro de 2006 a 15 de Agosto de 2007*). Na sessão anterior haviam-se registado 265 *interpelações por escrito* por iniciativa de 16 Deputados e 21 *interpelações orais* por iniciativa de 6 Deputados.

De sublinhar que houve um significativo acréscimo de *interpelações por escrito* sobre a Acção Governativa, quer em relação à sessão legislativa anterior (265 *interpelações*) quer sobretudo em relação à sessão legislativa de 2004/2005 (111 *interpelações*). Trata-se de uma forma de intervenção política cada vez mais utilizada pelos Deputados da Assembleia Legislativa (com uma média da ordem de 32 *interpelações* por mês), consagrada no Artigo 76.º da Lei Básica da RAEM, e que exige da parte do Governo da RAEM ou dos seus representantes uma resposta fundamentada, de igual modo escrita, às questões formuladas.

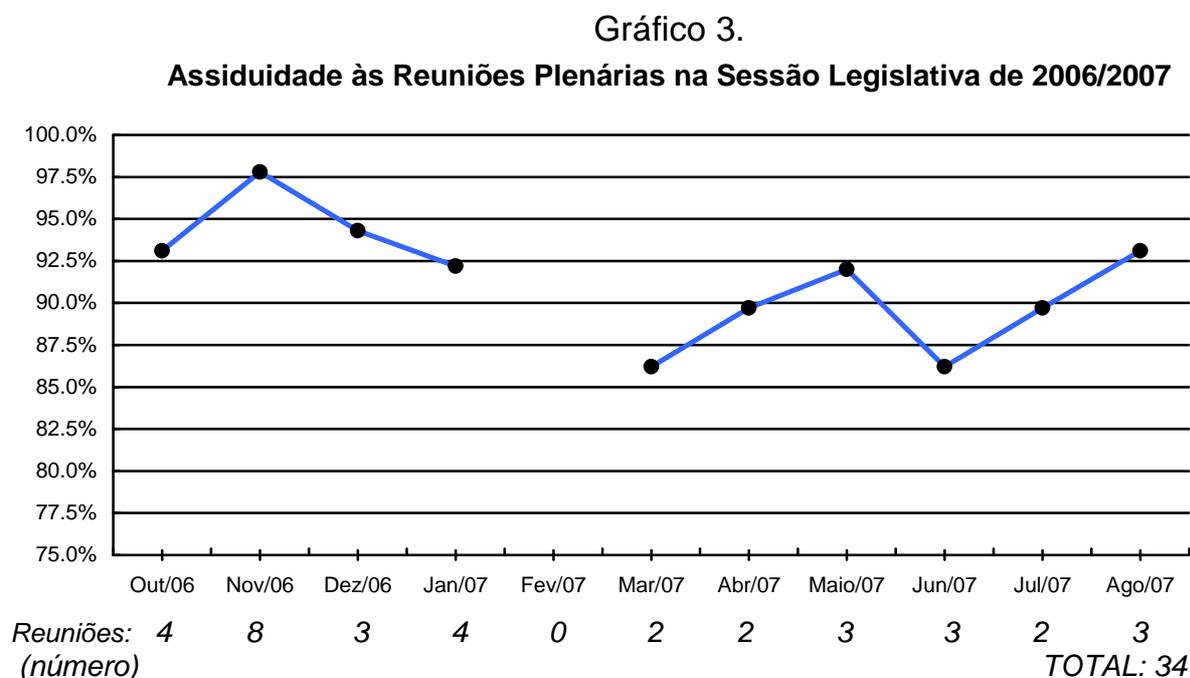
As 24 *interpelações sob a forma oral sobre a Acção Governativa*, subscritas por 8 Deputados em nome individual, deram origem à realização de 4 sessões plenárias com a presença de diferentes representantes do Executivo da RAEM, conforme as áreas de governação abrangidas pelas matérias objecto de interpelação.

Convém notar que o procedimento de *interpelação oral sobre a Acção Governativa*, previsto no artigo 9.º da Resolução n.º 2/2004, foi objecto de alteração constante na Resolução n.º 2/2007. A nota justificativa do projecto de resolução, aprovado na sessão plenária de 12 de Julho de 2007, propunha uma redução genérica dos períodos de tempo para uso da palavra atribuídos tanto aos Deputados como aos membros do Governo, por se afigurarem excessivos em face de um mecanismo que se dirige essencialmente à formulação de perguntas e respostas e à obtenção de respostas presenciais sobre a acção governativa e que acolhendo o princípio do contraditório não é, porém, um debate parlamentar.

Por outro lado, no decurso das sessões plenárias foi utilizado o período de *intervenções de antes da ordem do dia* por 25 Deputados (23 oradores e 25 subscritores) num total de 202 *intervenções* (227 na sessão legislativa anterior), durante o qual foram expostos assuntos de carácter político, social, económico,

cultural, administrativo ou outros considerados interesse público para a Região Administrativa Especial de Macau.

A actividade legislativa, inerente a um total de 34 reuniões plenárias realizadas na sessão legislativa de 2006/2007, foi acompanhada por uma elevada participação activa dos Deputados, tendo a taxa média de assiduidade aos Plenários se situado no valor expressivo de 93% (Gráfico 3), valor este sensivelmente idêntico ao verificado na sessão legislativa anterior (94%).



### **3. REUNIÕES E OUTROS TRABALHOS DAS COMISSÕES**

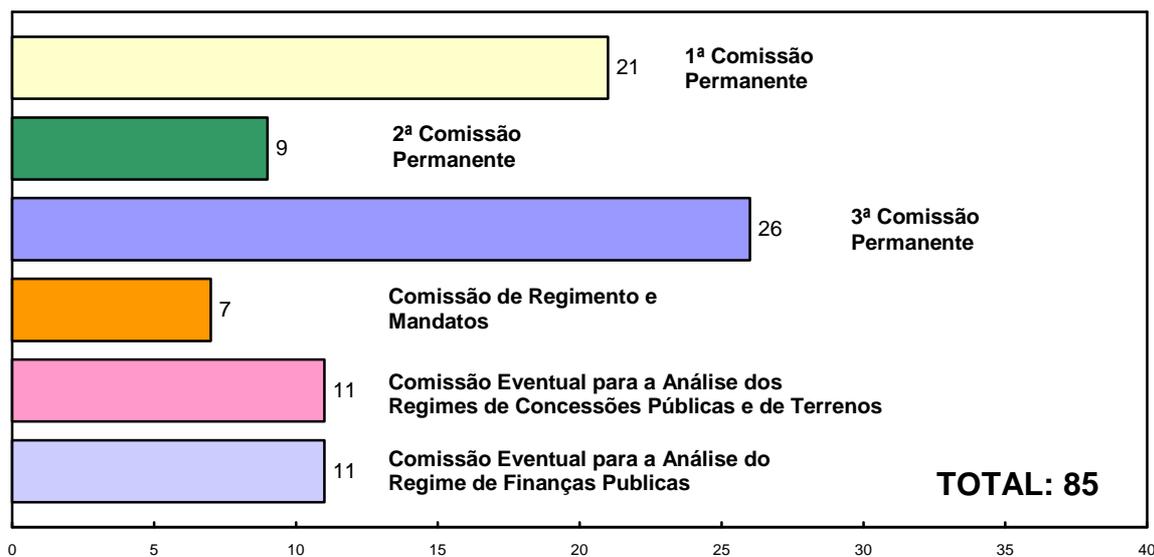
O balanço global das reuniões das Comissões realizadas na presente sessão legislativa, revela um total de 85 reuniões, o que representa um significativo incremento de actividade em comparação com a sessão legislativa anterior que havia registado um total de 65 reuniões. Este acréscimo no total de reuniões das Comissões da AL é o resultado da constituição de duas Comissões

Eventuais, com actividades iniciadas em Janeiro de 2007, desenvolvidas durante grande parte da presente sessão legislativa e sem prazo certo de conclusão dos seus trabalhos.

No decorrer da 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da III Legislatura, realizaram-se 56 reuniões por parte das três Comissões Permanentes (64 na sessão anterior) e 7 reuniões por parte da Comissão de Regimento e Mandatos (1 na sessão legislativa anterior). As duas Comissões Eventuais da AL (sem actividade na sessão legislativa anterior) registaram um total de 22 reuniões.

Gráfico 4

**Reuniões Efectuadas pelas Comissões na Sessão Legislativa de 2006/2007**



No gráfico 4, acima exposto, é observável a repartição da frequência das reuniões das Comissões de acordo com a sua diferente natureza e identidade. Em relação às três Comissões Permanentes houve um ligeiro predomínio de actividade na 3.<sup>a</sup> Comissão Permanente, com um total de 26 reuniões, devido em particular às exigências de debate e aprofundamento na apreciação na especialidade da proposta de lei "*Regime Geral das Relações de Trabalho*". A 1.<sup>a</sup> Comissão Permanente registou 21 reuniões e 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente apurou 9 reuniões. A Comissão de Regimento e Mandatos efectuou 7 reuniões. Por seu

turno, a “Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos” registou desde Janeiro de 2007 até ao findar da presente sessão legislativa, um total de 11 reuniões, à semelhança do que aconteceu, no mesmo período, com a “Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas”.

Os trabalhos legislativos no seio das Comissões Permanentes permitiram uma análise aprofundada dos diplomas objecto de apreciação na especialidade, tendo os mesmos culminado em pareceres emitidos pelas Comissões designadas para o efeito, com excepção em relação aos diplomas “*Regime Geral das Relações de Trabalho*” e “*Enquadramento das Leis e dos Regulamentos Administrativos*” cujos trabalhos de apreciação na especialidade transitaram para a próxima sessão legislativa.

O processo de apreciação na especialidade, quando julgado conveniente, foi objecto de diálogo com representantes do Executivo e de auscultação de opiniões ou sugestões de outras entidades ou do público em geral. Do diálogo e colaboração com os proponentes das iniciativas legislativas resultou, nalguns casos, a apresentação de uma versão aperfeiçoada da proposta de lei original aquando da conclusão dos trabalhos na especialidade.

De sublinhar que o objecto e a natureza de alguns diplomas em apreciação na Assembleia Legislativa são mais susceptíveis de uma mais assídua presença de representantes do Executivo nas reuniões das Comissões e de uma mais intensa apresentação de sugestões e comentários por parte de entidades exteriores à AL e do público em geral, tal como tem acontecido, por exemplo, em relação à apreciação na especialidade do “*Regime Geral das Relações de Trabalho*” que viu a sua fase de auscultação pública ser prolongada até 15 de Agosto de 2007.

A Comissão de Regimento e Mandatos prosseguiu na presente sessão legislativa os seus trabalhos de recolha de opiniões e de análise sobre o

funcionamento do Regimento da Assembleia Legislativa, resultando dos mesmos a apresentação de um projecto de resolução (aprovado) de alteração ao processo de interpelação sobre a Acção Governativa, conforme o já descrito noutro ponto do presente relatório.

O surgimento das duas Comissões Eventuais da Assembleia Legislativa - "Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos" e "Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas" - adveio de dois projectos de simples deliberação do Plenário, ambos apresentados e votados favoravelmente na reunião plenária de 5 de Janeiro de 2007, projectos esses ambos subscritos individualmente pelos Deputados Kwan Tsui Hang, Leong Iok Wa, Lee Iok Wa, Lee Chong Cheng, Leong Heng Teng e Iong Weng Ian.

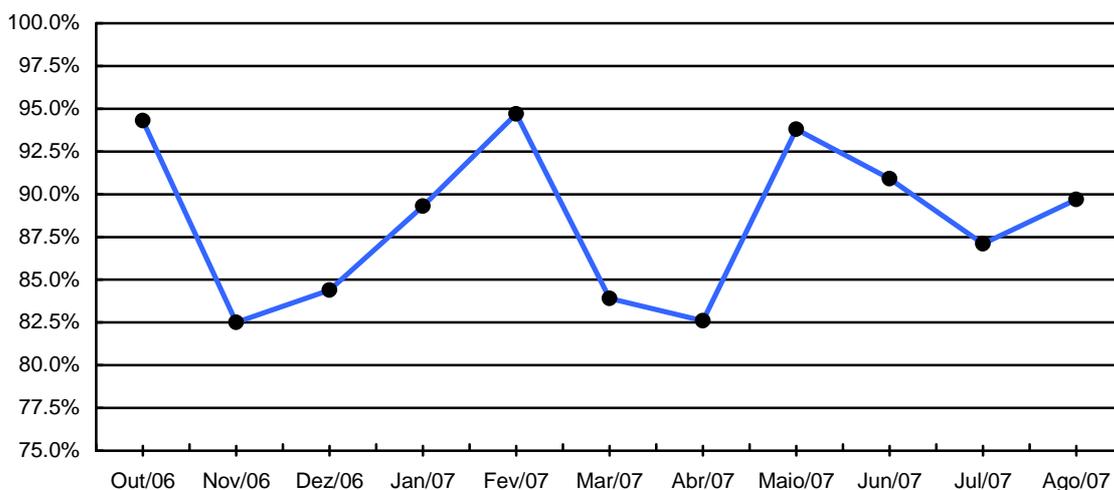
As duas Comissões Eventuais, compostas cada uma delas por onze Deputados, eleitos em sessão plenária de 18 de Janeiro de 2007, visam individualmente analisar os regimes de concessões públicas e de terrenos e analisar o regime de finanças públicas. A entrada em actividade destas duas Comissões Eventuais sobrecarregou a participação dos Deputados nas reuniões de Comissões decorrentes dos trabalhos legislativos permanentes e dos trabalhos legislativos eventuais, conforme se depreende da observação do registo estatístico de presenças constante no quadro IV do anexo II.

Os trabalhos dos Deputados nas Comissões revestiram outras formas de iniciativa legislativa para além da participação recorrente em reuniões, sendo de mencionar a visita, em 15 de Novembro de 2006, dos membros da 2.ª Comissão Permanente ao Instituto de Menores (Coloane) e ao Departamento de Reinserção Social (Macau). Importa destacar, também, a solicitação da 1.ª Comissão Permanente para os representantes do Executivo efectuarem, numa sessão extraordinária (aberta a todos os Deputados), a "*Apresentação do Governo sobre o Projecto de Metro Ligeiro e respectivo financiamento*"; apresentação esta que ocorreu na sala do plenário da AL no dia 13 de Julho de 2007.

A taxa média de assiduidade dos Deputados às 85 reuniões realizadas pelas Comissões da AL na sessão legislativa de 2006/2007 (incluindo as reuniões das comissões eventuais) situou-se em 88% (Gráfico 5), valor este idêntico ao registado na sessão legislativa anterior e revelador do seu empenhamento participativo nos trabalhos das Comissões, os quais, nalguns casos, chegaram a contar com a presença da Senhora Presidente e de outros Senhores Deputados alheios à constituição formal da Comissão, mas interessados no desenvolvimento das matérias especificamente tratadas.

Gráfico 5

**Assiduidade às Reuniões das Comissões na Sessão Legislativa de 2006/2007**



Reuniões: 8 7 5 11 4 6 7 6 9 14 8  
(número) Total: 85

**4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS E ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

Em 31 de Julho de 2007, exerciam funções nos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa um total de 57 trabalhadores, número este idêntico ao registado em igual período da sessão legislativa anterior.

Por seu turno, a despesa paga com o funcionamento da Assembleia Legislativa desde 1 de Janeiro até 31 de Julho de 2007, totaliza o valor de 28,16 milhões de patacas (26,15 milhões de patacas, no período homólogo de 2006), o que corresponde a um crescimento anual da despesa de 7,7 por cento (cerca de 3 pontos percentuais acima da taxa de inflação no mesmo período).

No final de Julho de 2007, a taxa de execução orçamental é de 54,2% em relação ao Orçamento inicial de 52 milhões de patacas e de 51,4% em relação ao Orçamento corrigido de 54,76 milhões de patacas (após o apuramento do 1.º orçamento suplementar).

Na presente sessão legislativa, a formação dos recursos humanos da Assembleia Legislativa continuou a merecer a melhor atenção por parte da Mesa da AL. Em particular, os quadros dirigentes, a assessoria e os funcionários administrativos e técnico-profissionais dos Serviços de Apoio da AL, estiveram envolvidos nomeadamente nos seguintes cursos, seminários ou outras acções de formação:

- Conferência "The 12<sup>th</sup> Ace Asian Casinos Executive Summit 2007" (Terrapinn Pte Ltd, Singapore);
- Conferência "20th Biennial LAWASIA Conference" (2007, LAWSOCIETY of Hong Kong);
- Conferência sobre a "Revisão do Código Comercial" (2007, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Macau);
- 2.º Seminário Académico sobre a "Gestão Pública das Quatro Regiões dos Dois Lados do Estreito: O Desafio das Políticas no Século XXI" (2006, Universidade de Macau, Fundação Macau e Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, SAFP, Macau);
- Curso sobre o "Regime de Administração Financeira Pública" (2007, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Macau);
- Conferência "O Regime Jurídico da Arbitragem em Macau" (2006, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Macau);

- “Curso Aprofundado na Área de Produção Legislativa” (2006, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Macau);
- Seminário sobre “A Execução de Penas e Questões Relacionadas” (2007, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Macau);
- *Workshops* de formação sobre o “Programa sobre a eficiência e conservação de energia para os serviços e organismos públicos” (2007, SAFP, Associação de Gestão (*Management*) de Macau e Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético, Macau);
- “Programa de Estudos Essenciais para Funcionários Públicos de Nível Intermédio” (2006 ou 2007, Instituto Nacional de Administração da R. P. China, Pequim);
- Programa de Formação para os Trabalhadores que Desempenham Funções de Secretariado” (2007, SAFP, Macau);
- Curso de “Técnicas de Negociação e Persuasão – Cantonense” (2007, SAFP, Macau);
- Curso de “Português Língua Estrangeira para as Relações Económicas e Internacionais entre a RAEM e os Países Lusófonos - 2.º ano” (2006 e 2007, SAFP e IPOR, Macau);
- Curso de “Práticas de Tradução Chinês - Português” (2007, SAFP, Macau);
- Outros cursos ou acções de formação organizados pelos SAFP, nomeadamente, Cursos de Chinês III ou II, de Língua Portuguesa ou de Português Funcional, de “Práticas de Administração de Pessoal” e de “Lidar com as Queixas do Público”.

## **5. PUBLICAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Conforme o instituído no Regimento da Assembleia Legislativa sobre a obrigatoriedade de publicidade dos actos do Órgão Legislativo da RAEM, deu-se seguimento na presente sessão legislativa à publicação dos Diários da Assembleia Legislativa: I Série (intervencões em sessão plenária) e II Série (outros actos publicáveis da AL).

Com o objectivo de contribuir para tornar o Direito mais acessível aos residentes de Macau, conforme o consagrado no Artigo 36.º da Lei Básica da RAEM, a Assembleia Legislativa prosseguiu a tarefa de dar continuidade à Colectânea de Leis Regulamentadoras de Direitos Fundamentais, através da disponibilização de um nono volume (versão bilingue) consagrado à "*Lei da Protecção de Dados Pessoais*". Este nono volume veio acrescer e enriquecer a sobredita colectânea numa matéria extremamente sensível à Assembleia Legislativa, a da regulamentação dos direitos fundamentais da população de Macau consagrados na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, nos instrumentos de direito internacional e na lei vigente.

Para além das séries de Colectâneas de Leis, a Assembleia Legislativa disponibiliza também ao público em geral uma Colectânea de Trabalhos das Comissões da Assembleia Legislativa, nas versões chinesa e portuguesa, tendo a mesma sido complementada, em Agosto de 2006, com a publicação dos trabalhos respeitantes à 1.ª Sessão Legislativa da II Legislatura (2001-2002). Com data provável de publicação no mês de Setembro de 2007, estão previstos para serem disponibilizados ao público os volumes sete (versão chinesa) e oito (versão portuguesa) da mesma Colectânea de Trabalhos respeitantes à 2.ª Sessão Legislativa da II Legislatura (2002-2003).

## **6. RELAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM O EXTERIOR**

No decurso da presente sessão legislativa, foram concedidas diversas audiências por parte da Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, ou do Senhor Vice-Presidente em sua substituição, aos representantes do corpo diplomático acreditado nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau, da República Popular da China, designadamente, por ordem cronológica, do Cônsul-Geral e Cônsul do Japão, do Cônsul-Geral da Finlândia, do Cônsul-Geral da Tailândia e do Cônsul-Geral da Hungria.

De referir também as audiências concedidas pela Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, ao Embaixador de Portugal em Pequim e ao Embaixador de França em Pequim.

Para além das referidas audiências, no mês de Dezembro de 2006, a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, acompanhada pelos Deputados Chui Sai Cheong, Chan Chak Mo e Ieong Tou Hong, receberam no Edifício da Assembleia Legislativa uma delegação composta por 15 representantes da Faculdade de Direito da Universidade Popular Chinesa de Pequim.

Por seu turno, a Mesa da Assembleia Legislativa recebeu no Edifício da AL, no mês de Maio de 2007, uma delegação da Assembleia Popular da Hungria.

Por último, durante a sessão legislativa de 2006/2007, a Assembleia Legislativa prosseguiu um conjunto de contactos sistemáticos com os órgãos de comunicação social, tendo em vista a divulgação ampla, continuada e atempada dos trabalhos legislativos, importando registar com apreço, nesta matéria, o importante contributo da comunicação social para uma melhor percepção por parte dos residentes de Macau do significado e importância das actividades do órgão legislativo da RAEM.

## **7. ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DIVULGAÇÃO NA INTERNET**

De acordo com Resolução n.º 6/2000, a Assembleia Legislativa continuou a disponibilizar, de forma escalonada, o serviço de atendimento ao público por parte dos Deputados. Neste âmbito, de 16 de Outubro de 2006 até 15 de Agosto de 2007, foram efectuados 45 contactos presenciais de residentes de Macau com os Deputados escalonados para o efeito. No mesmo período, foram atendidas diversas solicitações de residentes de Macau – por telefone ou correio electrónico

- sobre questões relacionadas com as competências ou os trabalhos legislativos da AL, sendo de assinalar uma tendência para uma crescente intensificação das solicitações por via do correio electrónico.

Por seu turno, na página electrónica da Assembleia Legislativa prosseguiram as acções de divulgação de um conjunto de informações sobre o Estatuto, Competências e Atribuições do órgão legislativo da RAEM e relativas à composição dos Órgãos e Comissões da Assembleia Legislativa, referentes à 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da III Legislatura. De igual modo, foram continuadas as acções de divulgação dos trabalhos legislativos, dos diplomas na fase de apreciação na especialidade e respectivos pareceres das Comissões, da agenda diária da AL e das publicações do Diário da Assembleia Legislativa ou de outras publicações de iniciativa editorial da AL. A Assembleia Legislativa continua a disponibilizar aos residentes de Macau, por via do correio electrónico ou por correio normal, a faculdade de exporem as suas opiniões ou sugestões em relação aos diplomas legislativos em apreciação, bem assim como a de apresentarem questões práticas no domínio do Direito. O presente Relatório de Actividades, à semelhança de anos anteriores, será objecto de divulgação na página electrónica da Assembleia Legislativa.

A Presidente da Assembleia Legislativa



Susana Chou

附件一 ANEXO I

澳門特別行政區立法會各機關及委員會的組成  
第三屆立法會  
第二立法會期 (2006/2007)

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS E COMISSÕES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA RAEM  
III LEGISLATURA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA (2006/2007)

主席 PRESIDENTE

曹其真 Susana Chou

副主席 VICE-PRESIDENTE

劉焯華 Lau Cheok Va

執行委員會

MESA

主席	Presidente	-	曹其真	Susana Chou
副主席	Vice-Presidente	-	劉焯華	Lau Cheok Va
第一秘書	1º Secretário	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
第二秘書	2º Secretário	-	高開賢	Kou Hoi In

行政委員會

CONSELHO ADMINISTRATIVO

主席	Presidente	-	賀定一	Ho Teng Iat
成員	Membro	-	施明蕙	Celina Silva Dias Azedo
成員	Membro	-	李柏士	João Maria de Castro Ribas da Silva

章程及任期委員會

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

主席	Presidente	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
秘書	Secretária	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	高開賢	Kou Hoi In
委員	Membro	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	容永恩	Iong Weng Ian
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	沈振耀	Sam Chan Io

### 第一常設委員會

#### 1ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
秘書	Secretária	-	容永恩	Iong Weng Ian
委員	Membro	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
委員	Membro	-	周錦輝	Chow Kam Fai David
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong
委員	Membro	-	陳澤武	Chan Chak Mo
委員	Membro	-	吳在權	Ung Choi Kun
委員	Membro	-	李沛霖	Lei Pui Lam
委員	Membro	-	崔世平	Chui Sai Peng José

### 第二常設委員會

#### 2ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	馮志強	Fong Chi Keong
秘書	Secretário	-	沈振耀	Sam Chan Io
委員	Membro	-	梁慶庭	Leong Heng Teng
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	徐偉坤	Tsui Wai Kwan
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	劉本立	Lao Pun Lap
委員	Membro	-	陳明金	Chan Meng Kam

### 第三常設委員會

#### 3ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	鄭志強	Cheang Chi Keong
秘書	Secretário	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	高開賢	Kou Hoi In
委員	Membro	-	賀定一	Ho Teng Iat
委員	Membro	-	張立群	Vitor Cheung Lup Kwan
委員	Membro	-	楊道匡	Ieong Tou Hong
委員	Membro	-	高天賜	José Maria Pereira Coutinho
委員	Membro	-	梁安琪	Leong On Kei
委員	Membro	-	李從正	Lee Chong Cheng

**分析《土地及公共批給制度》的臨時委員會**  
**COMISSÃO EVENTUAL PARA A ANÁLISE DOS REGIMES**  
**DE CONCESSÕES PÚBLICAS E DE TERRENOS**

主席	Presidente	-	高開賢	Kou Hoi In
秘書	Secretário	-	李從正	Lee Chong Cheng
委員	Membro	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
委員	Membro	-	梁慶庭	Leong Heng Teng
委員	Membro	-	馮志強	Fong Chi Keong
委員	Membro	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong
委員	Membro	-	徐偉坤	Tsui Wai Kwan
委員	Membro	-	吳在權	Ung Choi Kun
委員	Membro	-	崔世平	Chui Sai Peng José
委員	Membro	-	沈振耀	Sam Chan Io

**分析《公共財政制度》的臨時委員會**  
**COMISSÃO EVENTUAL PARA A ANÁLISE DO REGIME DE**  
**FINANÇAS PÚBLICAS**

主席	Presidente	-	容永恩	Iong Weng Ian
秘書	Secretário	-	陳澤武	Chan Chak Mo
委員	Membro	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	鄭志強	Cheang Chi Keong
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	楊道匡	Ieong Tou Hong
委員	Membro	-	高天賜	José Maria Pereira Coutinho
委員	Membro	-	梁安琪	Leong On Kei
委員	Membro	-	陳明金	Chan Meng Kam

## ANEXO II

### QUADRO I

#### LEIS APROVADAS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA da III LEGISLATURA, 2006/2007

Lei N°	Designação da Proposta ou do Projecto de Lei	Aprovação em Plenário (votação na especialidade)	Publicação	
			B.O. N°	Data
09/2006	Proposta de lei intitulada "Lei de Bases do Sistema Educativo não Superior"	13/12/2006	52	26/12/2006
10/2006	Proposta de lei intitulada "Lei do Orçamento de 2007"	19/12/2006	52	29/12/2006
01/2007	Proposta de lei intitulada "Actualização dos vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública"	25/01/2007	6	05/02/2007
02/2007	Proposta de lei intitulada "Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores"	30/03/2007	16	16/04/2007
03/2007	Proposta de lei intitulada "Lei do Trânsito Rodoviário"	26/04/2007	19	07/05/2007
04/2007	Proposta de lei intitulada "Lei sobre a actividade de segurança privada"	28/06/2007	28	09/07/2007

#### NOTAS:

(a) O projecto de lei intitulado "Lei Reguladora do Direito Fundamental de Associação Sindical", subscrito pelo Deputado José Pereira Coutinho, foi apresentado, debatido e não aprovado na generalidade no Plenário de 5 de Julho de 2007.

(b) A proposta de lei intitulada "Regime Geral das Relações de Trabalho", aprovada na generalidade na sessão plenária de 05/06/2007, transitou em fase de apreciação na especialidade na 3.ª Comissão Permanente da AL para a sessão legislativa de 2007/2008.

(c) A proposta de lei intitulada "Enquadramento das leis e dos regulamentos administrativos", aprovada na generalidade na sessão plenária de 10/08/2007, transitou na fase de apreciação na especialidade na 1.ª Comissão Permanente da AL para a sessão legislativa de 2007/2008.

**QUADRO II**  
**RESOLUÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIO \***  
**NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2006/2007**

Resolução Nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. Nº	Data
01/2007	Apreciação do "Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2005"	18/01/2007	5	29/01/2007
02/2007	Projecto de resolução intitulado "Alteração ao artigo 9.º da Resolução n.º 2/2004, de 9 de Agosto, que regulamenta o processo de Interpelação sobre a Acção Governativa"	12/07/2007	30	23/07/2007

*Nota:* \* O projecto de resolução intitulado "Exortação ao Chefe do Executivo para a definição de um regime que permita à Assembleia Legislativa apreciar os orçamentos do Governo em relação a cada uma das grandes obras públicas", apresentado pelos Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam Sam, não foi aprovado na sessão plenária de 05/01/2007.

**QUADRO III**  
**SIMPLES DELIBERAÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIO #**  
**NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2006/2007**

Deliberação Nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. Nº	Data
03/2006	Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2007 # #	16/10/2006	44	31/10/2006
04/2006	Definição do horário de funcionamento das sessões para o debate das Linhas de Acção Governativa (sessões plenárias a realizar das 10:00 às 13:00 h e das 15:00 às 20:00 h)	26/10/2006	..	..
01/2007	Projecto de "Constituição da Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos"	05/01/2007	4	24/01/2007
02/2007	Projecto de "Constituição da Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas"	05/01/2007	4	24/01/2007
03/2007	Relatório e Conta de Gerência da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2006	30/03/2007	15	09/04/2007
04/2007	Primeiro Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2007	30/03/2007	15	09/04/2007

*Notas:* # O projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de audição sobre as despesas e benefícios dos 4.os Jogos da Ásia Oriental, apresentado pelos Deputados Au Kam San e Ng Kuok Cheong, foi objecto de votação e de não aprovação no Plenário de 19 de Dezembro de 2006.

## Posto em execução, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2007, pela Deliberação n.º 2/2007 da Mesa da AL, publicada no Boletim Oficial n.º 5/2007 da RAEM, de 29/01/2007.

## QUADRO IV

### PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2006/2007

#### *Presenças dos Deputados nas Reuniões de Plenário e nas Comissões*

*Período: de 16 de Outubro de 2006 a 15 de Agosto de 2007*

Deputados	Plenários	Comissões Permanentes			Comissão de Regimentos e Mandatos	Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos	Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas
		1ª	2ª	3ª			
Susana Chou	33						
Lau Cheok Va	34						
Leonel Alberto Alves	27	12				7	
Kou Hoi In	34			25	7	11	
Chui Sai Cheong	33		6		7		8
Leong Iok Wa	33		9		7		10
Philip Xavier	32			26	7		10
Iong Weng Ian	34	21			7		11
Au Kam San	34		9		7		11
Sam Chan Io	34		9		7	11	
Kwan Tsui Hang	34	21				11	
Chow Kam Fai David	17	4					
Ng Kuok Cheong	34	21				10	
Chan Chak Mo	28	18					10
Ung Choi Kun	33	20				10	
Lei Pui Lam	33	21					
Chui Sai Peng José	28	20				8	
Fong Chi Keong	26		9			7	
Leong Heng Teng	34		9			11	
Tsui Wai Kwan	33		9			11	
Lao Pun Lap	32		9				
Chan Meng Kam	34		7				9
Cheang Chi Keong	33			26			10
Ho Teng Iat	34			26			
Vitor Cheung Lup Kwan	20			0			
Ieong Tou Hong	34			26			11
José Maria Pereira Coutinho	34			25			10
Leong On Kei	31			23			10
Lee Chong Cheng	34			25		11	
<b>TOTAIS</b>	<b>34</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

**QUADRO V**  
**PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2006/2007**  
**Intervenções no período antes da ordem do dia e Interpeleções escritas e orais**

*Período: de 16 de Outubro de 2006 a 15 de Agosto de 2007*

Deputados	Intervenções no período de antes da ordem do dia		Interpeleções escritas		Interpeleções orais
	Oradores	Subscritores	Individuais	Colectivas	Subscritores
Susana Chou					
Lau Cheok Va	0	1			
Leonel Alberto Alves	0	0			
Kou Hoi In	4	6		3 (b) + 2* (b)	
Chui Sai Cheong	2	6			
Leong Iok Wa	19	19	34 + 1*		2
Philip Xavier	0	0			
Iong Weng Ian	15	17	30		1
Au Kam San	20	20	43 + 8*		4
Sam Chan Io	0	0			
Kwan Tsui Hang	19	20	44 + 5*		4
Chow Kam Fai David	1	1			
Ng Kuok Cheong	20	20	41 + 7*		4
Chan Chak Mo	1	2			
Ung Choi Kun	16	16	6 + 1*	9 (a) + 1*	
Lei Pui Lam	3	5			
Chui Sai Peng José	4	5	1		
Fong Chi Keong	3	3			
Leong Heng Teng	8	11	20 + 4*		2
Tsui Wai Kwan	7	7	1		
Lao Pun Lap	3	3			
Chan Meng Kam	9	20	31 + 7*	9 (a) + 1* (a)	
Cheang Chi Keong	0	6		3 (b) + 2* (b)	
Ho Teng Iat	2	6		3 (b) + 2* (b)	
Vitor Cheung Lup Kwan	2	2			
Ieong Tou Hong	5	6			
José Maria Pereira Coutinho	9	9	19		4
Leong On Kei	16	16	9 + 1*		
Lee Chong Cheng	14	15	25		3
<b>TOTAIS</b>	202	242	304 + 34*	12 + 3*	24

**Notas:**

- \* Interpeleções efectuadas no período de férias legislativas, de 16 de Agosto a 13 de Outubro de 2006. (não incluídas no Relatório de Actividades da Assembleia Legislativa da sessão legislativa de 2005/2006).
- (a) Interpeleções por escrito subscritas por dois Deputados.
- (b) Interpeleções por escrito subscritas por três Deputados.